

ECOLINGUÍSTICA: UMA PERSPECTIVA ENTRE LINGUAGEM, DISCURSO, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Veridiana Mazon Barbosa da Silva¹

¹ Graduada em Letras (Português – Inglês) pela Universidade Estadual de Goiás.
Graduada em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal Goiano-
Urutaí- Goiás – Brasil
E-mail: veridiana-@hotmail.com

RESUMO

Um dos objetivos desse trabalho é estudar a relação entre a língua, o discurso e o meio ambiente. O objeto de estudo da pesquisa foi a Ecolinguística e algumas de suas características e vertentes. Depois de revisitar vários vocábulos que envolvem o meio ambiente é possível perceber como a Ecolinguística é um instrumento importante, pois serve de subsídio para se discutir e ampliar questões acerca do meio ambiente. O seguinte trabalho tratou da Ecolinguística e educação ambiental como instrumentos capazes de promover a temática ambiental e formar cidadãos conscientes, críticos e engajados a favor dessa causa.

PALAVRAS-CHAVE: Ecolinguística, educação ambiental, meio ambiente

ECOLINGUISTICS: A PERSPECTIVE BETWEEN LANGUAGE, SPEECH, EDUCATION AND ENVIRONMENT

ABSTRACT

One of the objectives of this paper is to study the relation between the language the speech and the environment. The theme of study of this research is the Ecolinguistics and some of its characteristics and dimensions. After viewing various vocabularies which relates to the environment, you can see how Ecolinguistics is an important way, it serves as a subsidy to discuss issues and expand on the environment . This work refers to the Ecolinguistics and environmental education as a way to promote the theme and the environmental education and create critical citizens warned and committed to this objective.

KEY WORDS: Ecolinguistics, environmental education, environment

INTRODUÇÃO

No presente estudo são brevemente apresentadas algumas dimensões sobre uma ciência que estuda a relação entre linguagem e meio ambiente, ou seja, a Ecolinguística.

Essa investigação assume por base alguns pressupostos teóricos e metodológicos sobre a linguística, língua e linguagem, em si e as discussões que permeiam a temática ecológica e ambiental.

No estudo são abordados dois aspectos fundamentais dos contornos do discurso ambiental, assim como da definição e orientação investigativa de duas linhas de desenvolvimento que se interseccionam na análise do discurso sobre o ambiente: a Ecolinguística e a construção de discursos amparados por essa disciplina.

Havendo uma confusão entre Natureza e Sociedade/Cultura, os indivíduos são levados a conceber as questões ambientais dentro do âmbito do consumismo. Esta luta entre o natural e o social/cultural se faz presente no discurso.

O interesse por esse tema se deve, principalmente, pela ausência, no discurso, de argumentos coerentes quando se trata da formulação de questões relacionadas ao âmbito das preocupações ambientais, assim um dos objetivos deste estudo é estudar a relação existente entre a linguagem e meio ambiente, ou seja, a própria Ecolinguística, para que o cidadão seja capaz de construir um discurso bem estruturado, com a intenção de defender seus interesses em relação aos conceitos ecológicos e usar de persuasão diante da necessidade de si educar para o meio ambiente.

A Ecolinguística é uma ciência nova, principalmente no Brasil, mas que se faz necessária porque representa um novo ponto de vista, uma nova perspectiva que o lingüista assume perante o mundo através da formação de um discurso engajado em defesa do meio ambiente. Ao relacionar língua (discurso) com meio ambiente é possível, por meio da leitura, formar cidadãos mais engajados a questões ambientais.

Além de ser um poderoso instrumento para a ampliação das reflexões que abordam o ecossistema e, conseqüentemente, um passo que nos leva a avançar na formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a natureza.

Com o desenvolvimento deste trabalho pretende-se demonstrar como a leitura é fundamental na construção de um discurso plausível e consistente, no que tange, nesse caso, a área ambiental, para aquisição de consciência ambiental plena. O objeto de estudo desta pesquisa é a Ecolinguística, pois aborda temas ligados a linguagem, ao discurso bem elaborado e ao meio ambiente.

A gestão do meio ambiente só se confirmará como uma atividade presente e constante a partir do momento em que se considere que a educação ambiental é o princípio de toda atividade voltada para a valorização e manutenção da natureza. Assim, muito da educação que se quer só acontecerá por meio da leitura de textos persuasivos e bem construídos.

Então, este estudo constitui um pequeno passo para o desvelamento das questões ambientais que envolvem a Ecolinguística e também as contribuições que ela pode representar para a construção da educação ambiental.

CONSTRUÇÃO DO DISCURSO: PERSPECTIVAS EDUCATIVAS, AMBIENTAIS E IDEOLÓGICAS

O discurso é um dos aspectos da linguagem, que é uma “característica da espécie humana, transmitida e imposta geneticamente” (COELHO, 2005, p.78). A construção de um discurso bem elaborado é um dos quesitos elementares para o desenvolvimento absoluto da intelectualidade do homem.

É através da linguagem e de leituras aprofundadas que o indivíduo adquire competência e capacidade para formular discursos consistentes, e que servirão como instrumento de estímulo à reflexão para o despertar intrínseco da consciência do sujeito. Esse processo de linguagem e leitura se faz imprescindível na formação

de cidadãos comprometidos com a causa ambiental, no processo de educação e consciência sobre uma vida mais sustentável.

Segundo Coelho (2005), a linguagem se apresenta sob dois aspectos distintos: a *língua* e a fala ou *discurso*. A língua compreende o sistema social de signos e suas possibilidades combinatórias. Disso, podem-se depreender dois aspectos que a constituem: o sistema de signos denominado *léxico* e o sistema de possibilidades combinatórias denominado *gramática*.

O sistema de signos corresponde ao inventário das unidades significativas, isto é, as palavras (o que a palavra também representa como fundante de uma sociedade e determinante para o processo de hominização e humanização do homem); e o sistema de possibilidades combinatórias desses signos é o inventário das regras que regem a formação das palavras e as construções das unidades sintáticas na produção das frases, o que gera a comunicação entre os falantes.

As potencialidades humanas só fluem sobre a realidade através das fissuras abertas pelas palavras. Falar, transmitir, nomear, conhecer, esse conjunto de atos se formaliza e se reproduz incessantemente por meio da fixação de uma realidade subjacente a toda ordem social: o discurso. A palavra organizada em discurso incorpora em si, desse modo, toda sorte de hierarquias e enquadramentos de valor intrínsecos às estruturas sociais de que emanam. Daí porque o discurso se articula em função de regras e formas convencionais, cuja contravenção esbarra em resistências firmes e imediatas (SEVCENKO, 1989).

Assim, a fala ou o discurso representa uma atividade concreta e individual. Ao nascerem, as pessoas ainda não se comunicam verbalmente e para que isso aconteça, é necessário que aprendam uma língua, um sistema de símbolos produzidos pela atividade do homem no meio social. E a língua faz parte desse meio social e se encontra à disposição dos indivíduos que pertencem à mesma comunidade lingüística. Por estar disponível à sociedade, é o fator primordial para que se estabeleça comunicação.

Bakhtin (1999) analisa a língua através de três concepções: (i) a concepção que considera a língua como representação do pensamento, que corresponde à idéia de que a língua é uma mera tradução do pensamento, existe uma representação mental que torna-se expressão verbal por meio da língua; (ii) a segunda concepção, analisada por Bakhtin, vê a língua como instrumento de comunicação, a língua é um instrumento que se encontra à disposição dos indivíduos que a utilizam com determinada intenção comunicativa; (iii) e, finalmente, a concepção de língua como lugar de interação, como processo de interação verbal.

Então, a função básica da língua é a comunicação. Não há comunicação sem língua, nem língua que não seja usada em atos de interação comunicativa. A comunicação é fundamental para que haja interatividade.

A definição de língua como instrumento de comunicação pressupõe a língua como estrutura, o que leva a noção de sujeito determinado, assujeitado pelo sistema, conforme Koch (2003, p.14), um sujeito “caracterizado por uma espécie de não consciência”. O indivíduo não é dono de seu discurso e de sua vontade, é um sujeito inconsciente.

Logo, a evolução da língua acompanha a evolução da sociedade, embora não tire a autonomia do sujeito individual, esse é um processo natural que ocorre de acordo com as mudanças sócio-culturais do mundo contemporâneo. A língua é parte essencial da linguagem. É “um sistema de signos”, um produto social, exterior ao indivíduo. Conforme esquematiza Weedwood (1995, p.109), “todas as línguas mudam no curso do tempo”.

QUADRO 1: Divisão da linguagem

LINGUAGEM- faculdade inata dos homens para produzir, aprender e utilizar símbolos. Existe como <i>possibilidade</i> .	LÍNGUA- sistema de signos e suas combinatórias, existindo sob forma de memória coletiva e à disposição das pessoas de uma mesma comunidade lingüística; sistema cultural adquirido. Existe como <i>disponibilidade</i> .
	FALA- realização individual, num ato concreto e único, do sistema lingüístico disponível e aprendido. Existe como <i>atividade</i> .

Fonte: COELHO, Braz José Coelho (2005,p.80)

A linguagem que se divide em língua e fala é um dos instrumentos que possibilita a comunicação entre os indivíduos e para que haja uma comunicação produtiva é necessário que exista a prática da leitura com o objetivo de auxiliar na construção de textos e discursos voltados ao eixo ambiental. De acordo com Freire (1996, p.27), “a leitura verdadeira me compromete de imediato com o texto que a mim se dá e que me dou e de cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito.”

Para Koch (2005, p.26), “os textos são resultados da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, na qual estes coordenam suas ações no intuito de alcançar um fim social, de conformidade com as condições sob as quais a atividade verbal se realiza”. Dessa maneira, a produção textual é resultado da atividade verbal comunicativa dos indivíduos e é criativa na medida em que envolve estratégias para promover a formação dos sentidos.

A noção de texto depende do que se entende por língua e sujeito. Dessa forma, é possível conceituar “texto” a partir de três concepções: (i) a concepção que considera a língua como expressão do pensamento, o texto é visto como um produto lógico do pensamento do autor, nada resta ao leitor senão captar a representação mental, impregnada das intenções do autor do texto, o leitor tem um papel passivo em relação ao “produto textual”; (ii) a concepção que vê a língua como instrumento, como sistema, como código, entende o texto como mero produto; (iii) a concepção que torna a língua como um lugar de interação, a noção de texto passa a enfatizar o caráter dialógico da língua.

Os sujeitos passam a ser então atores, ativos na construção da sociedade, o texto é considerado também como lugar de interação e os interlocutores se comunicam em termos dos papéis que desempenham na construção dos sentidos que dão embasamento ao texto. A função principal do texto (no caso desta pesquisa, textos em que o assunto principal abordado é o meio ambiente) é a produção de uma atividade sociointerativa, que proporcione interação entre os leitores, fazendo com que estes se tornem indivíduos engajados e comprometidos com as questões ambientais.

O desenvolvimento dos textos, das idéias, das práticas, está intimamente ligado ao processo de educação, no caso deste trabalho, a educação ambiental e a Ecolinguística, que é uma ciência que estuda a relação entre língua e meio ambiente, auxiliando assim os indivíduos na formação de discursos fundamentados

e bem construídos para que estes possam ter argumentos plausíveis na luta por um ambiente equilibrado.

Por isso, refletir sobre esses conceitos lingüísticos é importante nessa pesquisa, pois serve como suporte para amparar as discussões e os resultados que serão apresentados no decorrer do trabalho, visto que o foco é a Ecolinguística, junção entre língua e meio ambiente em processos educativos.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

A preocupação com os impactos ambientais não é recente. Segundo Pelicioni (2005), Platão, no ano 111 a.C., já fazia denúncias do desmatamento e erosão nas colinas da Ática, na Grécia. No século XIX, o alemão Humboldt divulgou a ocorrência das mudanças no curso hídrico de um lago na Venezuela. José Bonifácio de Andrada e Silva, no início do século XIX condenava a escravidão e a destruição ambiental e Joaquim Nabuco em 1883, denunciava o esgotamento da fertilidade dos solos no Rio de Janeiro e a expansão da indústria extrativista na Amazônia. Nos Estados Unidos, falou-se em movimentos ambientais a partir da segunda metade do século XIX. E na Grã-Bretanha, os principais grupos protecionistas foram criados na década de 1860. O Primeiro Congresso Internacional para a Proteção da Natureza foi realizado em Paris, em 1923. Esse congresso foi importante, pois foi a partir daí que a ecologia moderna se institui como ciência (PELICIONI, 2005).

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a Liga Suíça para a Proteção da Natureza realizou na Basileia, em 1946, outra Conferência para a Proteção Internacional da Natureza. Em 1948, criou-se a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), com o objetivo de manter a perpetuidade dos recursos naturais, de acordo com Pelicioni (2005).

Como se percebe, a preocupação com os impactos e com a degradação ambiental não é uma questão atual. Essa é uma questão que incomoda desde as gerações passadas e até hoje é um dos principais problemas da sociedade moderna. O consumismo é cada vez mais crescente o que se reflete na grande geração de lixo, emissão dos poluentes, poluição do ar, poluição hídrica, poluição visual, entre outros. O ecossistema está em risco, a fauna e a flora estão cada vez mais escassas e a educação ambiental surge como uma aliada na luta contra essas ameaças.

De acordo com Gadotti (2000), o consumismo, que faz parte do modo de produção capitalista, é o principal responsável pela degradação do meio ambiente e esgotamento dos recursos naturais. Esse modelo de desenvolvimento, baseado no lucro e na exclusão social, não só distancia cada vez mais ricos e pobres, globalizadores e globalizados, países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Mas também está criando um ambiente favorável ao surgimento de alternativas políticas regressivas e antidemocráticas que se aproximam do fascismo. Assistimos impotentes à bestificação de crianças e adultos frente à televisão, pelo fato de passarmos cada vez mais tempo trabalhando arduamente para comprar mais coisas destinadas a economizar nosso tempo. O capitalismo tem necessidade de substituir felicidades gratuitas por felicidades vendidas e compradas.

Um marco importante na educação ambiental foi a publicação do livro “Primavera Silenciosa”, em 1962, pela jornalista Rachel Carson. Essa obra se tornou um clássico na história do movimento ambientalista, pois trata da perda da qualidade de vida pelo uso excessivo de pesticidas e inseticidas. Como se sabe essa não foi a primeira denúncia a respeito dos problemas causados pelos pesticidas. Segundo

Pelicioni (2005), em 1940, foram realizadas pesquisas e a partir de 1951, artigos começaram a ser publicados abordando temas referentes aos pesticidas e inseticidas.

De acordo com Pelicioni & Philippi (2005, p.3), “a educação ambiental vai formar e preparar cidadãos para a reflexão crítica e para uma ação social corretiva ou transformadora do sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos.” Então o senso crítico despertado nos indivíduos faz com que estes se mobilizem a favor dessa causa que é o meio ambiente e se movam no sentido de promover transformações e mudanças para que se torne alcançável o sistema sustentável.

Quando se fala em formação e educação ambiental é imprescindível se falar em sustentabilidade. De acordo com Gadotti (2000), o termo “desenvolvimento sustentável” foi usado pela primeira vez em 1979 na Assembléia Geral das Nações Unidas e foi visto como uma forma de crescimento econômico aliado à justiça social e a dimensões culturais, éticas, políticas, sociais e ambientais.

Porém, na década de 60, a educação ambiental ainda não estava bem definida, mas foi nessa época que se deu a criação do novo Código Florestal, a nova Lei de Proteção aos Animais e a criação de inúmeros parques nacionais e estaduais. Em setembro de 1968, foi organizada pela UNESCO (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas) em Paris, a Conferência da Biosfera, onde foram discutidos assuntos como necessidade de incentivar a realização de mais pesquisas sobre ecossistemas, ecologia e recursos naturais (PELICIONI, 2005).

Em 1972, a cidade de Estocolmo (Suécia) sediou a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano para discutir questões relacionadas ao meio ambiente, como a poluição gerada por outros países. Essa conferência favoreceu a criação de programas ambientais como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente- PNUMA em 1973 e o Programa Earthwatch, que monitora a poluição ambiental (PELICIONI, 2005).

Para Pelicioni (2005, p.367), “o PNUMA tinha por objetivo coordenar políticas e implementar um plano de ação mundial por meio de ações relativas a avaliação ambiental, gestão ambiental e medidas de apoio.”

A primeira Conferência Intergovernamental sobre educação ambiental foi realizada em Tbilisi em 1977 e seu objetivo principal era instigar o compromisso dos governantes no sentido de adquirir consciência e responsabilidade perante o meio ambiente e se tornarem cidadãos ativos para agir individual e coletivamente resolvendo os problemas ambientais.

De acordo com Pelicioni (2005, p. 371):

No Brasil, a influência de Tbilisi se fez presente na Lei 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, suas finalidades e mecanismos de formulação e execução. A lei se refere, em um de seus princípios, à Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, a fim de capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

Desde agosto de 1981, quando foi sancionada a Lei Federal n. 6.938, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, incluindo as finalidades e os mecanismos de formulação e execução, a educação ambiental foi considerada como um de seus alicerces, devendo se voltar a todos os níveis de ensino, inclusive a participação ativa na defesa do meio ambiente. Os principais objetivos da educação

ambiental se baseiam em: consciência, conhecimento, comportamento, habilidades e participação.

O ano de 1988 foi um ano significativo na política ambiental, pois na Constituição Federal havia sido criado um capítulo dedicado ao meio ambiente, onde se lê:

Art. 225. Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Assim, em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente-IBAMA, com a idéia de unir a proteção ambiental ao uso conservacionista de alguns recursos naturais. Entretanto, a década de 80 foi uma época de grandes desastres ambientais como a explosão de um reator nuclear em Chernobyl, causando mortes e contaminação; no Brasil, em 1987, aconteceu um episódio de contaminação radioativa por Césio-137, em Goiânia. Esse último ocasionou mortes e traumas aos sobreviventes. Ainda nessa década tivemos a Guerra do Golfo que foi responsável pelo maior desastre de vazamento de petróleo da história. Esses são alguns exemplos das catástrofes ambientais da década de 80.

Mas, em 1992 acontece no Rio de Janeiro a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, que reuniu 172 países. Essa conferência recomendou que a educação ambiental deveria reorientar a educação para o desenvolvimento sustentável, para garantir aos cidadãos um ambiente ecologicamente saudável; deveria aumentar a conscientização popular; considerar o analfabetismo ambiental e promover treinamento (PELICIONI, 1998).

A educação ambiental é um processo que envolve sociedade, governo, cultura, política e enfrenta desafios para que possa atuar de maneira incisiva em vários setores, promovendo a conscientização e a busca de novos valores e ideais.

A educação ambiental era vista como *um instrumento para levar os diversos atores da sociedade a um entendimento e à percepção de que o ser humano é parte do meio ambiente, sendo importante criar atitudes adequadas com a natureza* (MEC 1998, p. 37).

Assim, em 27 de abril de 1999, foi criada a lei 9.795, que rege os princípios relacionados à educação ambiental e ao meio ambiente, o primeiro capítulo trata especificamente da educação ambiental, que é um dos focos da pesquisa, além disso, cita os objetivos básicos dessa lei.

Art. 1º - *Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.*

Art. 2º - *A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.*

Art. 3º - *Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:*

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º - São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º - São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

A globalização e o movimento ecológico estão abrindo novos caminhos não só para a educação, mas para a cultura e a ciência. O pensamento subdividido e fragmentado que destrói a possibilidade de uma reflexão mais ampla sobre questões relacionadas à própria sobrevivência vai aos poucos sendo substituído pela

transdisciplinaridade. Para Gadotti (2000, p.132), “a transdisciplinaridade não anula as disciplinas, mas as aproxima, as fortalece naquilo que elas têm de comum, que as atravessa, as ultrapassa.”

De acordo com o MEC, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), estabelecidos em 1997, determinam que a educação ambiental deve ser transversal, ou seja, as questões ambientais devem permear os conteúdos, objetivos e orientações didáticas em todas as disciplinas e não apenas em uma ou outra disciplina específica.

Então, a transdisciplinaridade vem como uma forma de aproximar todas as disciplinas no sentido de enquadrar no ensino a temática ambiental para agregar valores na formação dos indivíduos, fazendo com que estes assumam perante o meio ambiente uma responsabilidade social.

SUSTENTABILIDADE E IDEOLOGIA: UM PANORAMA VOCABULAR

De acordo com Leff (2001, p.403), “a sustentabilidade do desenvolvimento anuncia o limite da racionalidade econômica, proclamando os valores da vida, da justiça social e do compromisso com as gerações vindouras.”

O tema sustentabilidade teve origem na economia (desenvolvimento sustentável) e na ecologia, para inserir-se no campo da educação, cria-se o lema “uma educação sustentável para a sobrevivência do planeta”, difundido pelo movimento *Carta da Terra*.

A *Carta da Terra* nasceu em 1992 e constitui-se numa declaração de princípios globais para orientar a questão do meio ambiente e do desenvolvimento. A *Carta da Terra* inclui os princípios básicos que deverão reger o comportamento da economia e do meio ambiente, com o intuito de assegurar “nosso futuro comum”. Contém 27 princípios que tem como objetivo estabelecer uma nova e justa parceria global por meio da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, setores da sociedade e o povo. Para conseguir melhor qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável, a *Carta da Terra* propõe que os Estados adotem políticas ambientais e demográficas adequadas (GADOTTI, 2000).

A *Carta da Terra* surgiu como uma maneira de instigar nos cidadãos uma mudança em nossas atitudes, valores e estilos de vida para se atingir uma sociedade sustentável, preocupada com as gerações vindouras e que pensa globalmente. Muitos não se uniram ao movimento pela *Carta da Terra*, pois entendem que ela não discute a questão da ideologia, que de acordo com Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006, p.80), “é o conjunto de idéias, concepções, opiniões, crenças sobre algum ponto sujeito a discussão, bem como normas estabelecidas a partir de valores.”

Logo, é possível considerar que é através da ideologia que as pessoas se unem para defender interesses comuns e elaborar projetos de ação que visam, por exemplo, a luta por ambiente sustentável, e cada um adota a ideologia que o ajuda a definir o que é certo e errado, no que se refere ao meio ambiente. Assim, deve-se adotar uma política consciente que vise a preservação, além da disseminação, através da linguagem, de uma ideologia ambiental que promova a sustentabilidade.

Muitos entendem que a elevação dos níveis de bem-estar não pode ser global, pois sempre uns pagarão pelos outros e não havendo como eliminar a miséria, o melhor é adotar uma política de “renúncia”, que significa renunciar a utopia de uma sociedade de igualdade. Essa é a idéia de alguns, que pode ser

perigosa, porque enquanto uns adotam a política de renúncia, outros se tornam ainda mais gananciosos.

Os que se apóiam nesta posição se amparam numa filosofia que sustenta que todo sofrimento vem de nossas necessidades e que, diminuindo essas necessidades, podemos ser mais felizes. E essa não é uma filosofia destituída de ideal, pois questionar a noção de necessidade é tão importante quanto questionar a questão de desenvolvimento.

E a lição que os defensores da ideologia de uma economia da renúncia nos estão dando é uma grande contribuição à *Carta da Terra*. Eles nos chamam a atenção para o que consideram como essencial a felicidade humana, que promove e influencia a transformação de corações e mentes, e isso reflete em uma reeducação de hábitos, principalmente os hábitos de consumo, não se tratando de ser contra o consumo, como prega a economia de renúncia, mas de se consumir equilibradamente, em função do melhor bem-estar do ser humano e do planeta como um todo, buscando a sabedoria e a simplicidade em nossas atitudes para se atingir a sustentabilidade. Como afirma Jacobi (2002), a sustentabilidade traz uma visão de desenvolvimento que busca o reducionismo e o estímulo a um pensar e fazer sobre o meio ambiente vinculado ao diálogo entre saberes, à participação, aos valores éticos para fortalecer a interação entre sociedade e natureza.

A noção de sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de qualidade de vida, equilíbrio ambiental e justiça ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento, que tem como base o consumismo exagerado.

Além da *Carta da Terra*, o Relatório Brundtland elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas com o título de *Nosso futuro comum* apontou para a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes. Esse relatório definiu desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer as gerações futuras (GADOTTI, 2000).

Outro documento que visa a sustentabilidade é a *Agenda 21* que se transformou num documento estratégico de nível planetário, nacional e local, com o fim de promover um novo padrão de desenvolvimento que concilia a proteção ambiental com a justiça social e a eficiência econômica, buscando-se alcançar uma sociedade sustentável. A *Agenda 21* se baseia nos seguintes objetivos (cap.4, itens 4 e 7):

1º- promover padrões de consumo e produção que reduzam as pressões ambientais e atendam às necessidades básicas da comunidade;

2º- desenvolver uma melhor compreensão do papel do consumo e da forma de se implementar padrões de consumo mais sustentáveis.

Esses objetivos norteiam princípios que devem ser adotados para se alcançar o desenvolvimento sustentável e manter a preservação do planeta para que as futuras gerações consigam suprir suas necessidades.

Segundo Gadotti (2000) o conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1979, indicando que esse desenvolvimento poderia ser um processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, sociais, ambientais e políticas, não só econômicas. As críticas ao conceito de desenvolvimento sustentável e à idéia de sustentabilidade vêm do fato de que o ambientalismo trata as questões sociais e ambientais separadamente, sendo que quando ocorrem problemas referentes a ecologia, isso não afeta apenas o meio ambiente, mas afeta também o ser mais complexo da

natureza, que é o ser humano. Ou seja, as questões sociais e ambientais estão intimamente interligadas.

Portanto, Gadotti (2000) argumenta que o conceito de desenvolvimento sustentável não é um conceito neutro. Ele tem um contexto preciso dentro de uma ideologia, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano.

Pois para se construir um sistema sustentável é necessário que haja primeiro uma educação e uma remodelagem de hábitos e costumes que se adequem a essa nova realidade, realidade essa que tem como ideologia a sustentabilidade para também que todos esses projetos, como a *Carta da Terra* e a *Agenda 21* saiam do papel para a ação.

Temos hoje consciência de uma iminente catástrofe se não traduzirmos essa consciência em atos para retirar do desenvolvimento essa visão predatória, concebê-lo de forma mais antropológica e menos economicista, e salvar a Terra (GADOTTI, 2000, p.60).

Que a educação ambiental não seja só um modismo da intelectualidade, que a palavra sustentabilidade seja mais definitiva no seu âmbito semântico, demarcando as ações que devemos empreender.

Para Reigota (1998, p. 43):

...a educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas.

O importante então é agir e transformar nossas idéias em ações consistentes que proporcionem equilíbrio e equidade, só nossas ações poderão nos guiar a uma sociedade mais justa e consciente de suas atitudes. Embora essa consciência ainda não tenha provocado mudanças significativas, algumas experiências concretas nos levam a acreditar no surgimento de uma sociedade sustentável² em marcha.

ECOLINGUÍSTICA

Antes de entrar no assunto principal, é importante estabelecer alguns conceitos a fim de preparar o terreno para o leitor. Assim sendo, faz-se necessário apresentar uma conceituação das duas disciplinas básicas: Linguística e Ecologia. De acordo com Lyons (1981) a lingüística é definida como ciência da linguagem, ou seja, é o estudo de como os membros de uma comunidade se comunicam.

A Gramática Gerativa introduzida por Chomsky em meados da década de 50, procura desvendar a capacidade humana para a linguagem. Lyons (1981) argumenta que a Gramática Gerativa se refere a um conjunto de regras que definem os diversos tipos de sistemas lingüísticos existentes.

Já Ecologia, de acordo com Couto (2009, p.17), “é o estudo das inter-relações entre os seres vivos e entre eles e seu meio ambiente.” Assim, conceituados esses

²Uma sociedade que vive em harmonia com o seu meio ambiente, não causando danos a outras sociedades, nem para as de hoje, e nem para as de amanhã. E isso não se constitui apenas num compromisso ecológico, mas também ético-político.

termos, pode-se explorar com mais consistência o conceito que é o foco de estudo desta pesquisa, a Ecolinguística.

Uma das maneiras de estudar os vários conceitos ecológicos é através da Ecolinguística, que segundo Couto (2007) significa o estudo das relações entre língua e meio ambiente. No primeiro capítulo, os conceitos de língua e linguagem foram revisitados para que se possa agora desenvolver discussões que envolvam a comunicação verbal e difusão de conceitos e conhecimentos ambientais.

A Ecolinguística se baseia na ecologia biológica para estruturar suas bases epistemológicas e verificar como a lingüística analisa, construiu e constrói vocábulos como diversidade, inter-relações, evolução e ecossistema, entre outros, que de acordo com Couto (2009, p.11), “o ecossistema é um sistema dinâmico, em constante evolução, que é justamente o que ocorre com as línguas nas situações de contato.”

Apesar de ser uma ciência relativamente nova, inclusive no Brasil, a Ecolinguística se faz muito necessária porque representa um novo ponto de vista, uma nova postura que o lingüista assume frente ao mundo através da formação de um discurso engajado em defesa do meio ambiente. É esse discurso que possibilita o conhecimento ambiental e, posteriormente, a consciência ambiental.

Por isso, a Ecolinguística pode ser um instrumento poderoso para a ampliação das reflexões que abordam a temática ambiental e, conseqüentemente, um passo que nos leve a avançar na educação de cidadãos mais comprometidos com o ecossistema.

De acordo com Couto (2009), para que haja uma língua (L) é necessário existir um povo ou população (P) que fale essa língua e contribua para sua formação, sendo que o povo tem que viver e conviver em um determinado lugar ou território (T). Essa totalidade formada por L, P e T passou a ser chamada de Ecossistema Fundamental da Língua (EFL). Tem-se que o povo e o território constituem o seu meio ambiente (MA) destacando a língua em seu interior, fortalecendo essas relações.

O EFL abrange outros três subecossistemas, o ecossistema social, o mental e o natural. Segundo Couto (2009), o MA social se refere aos membros da população ou do povo, como eles se organizam socialmente. O MA mental se refere a relação entre língua e suas inter-relações com o cérebro/mente ou com as redes de conexões neurais. Quando ouvimos ou lemos uma palavra, nosso cérebro ativa não só essa palavra, mas outras que podem ter alguma relação, e isso mostra que o nosso conhecimento de língua incluiu também as palavras inativadas, das quais estão na nossa mente, mas precisam ser instigadas por outras palavras para vir à tona.

O MA natural da língua é constituído por L em relação a T e os membros de P, ou seja, o meio ambiente natural da língua é o mundo físico, pois toda língua é falada por um povo que vive e convive em um território definido. O MA natural além de incluir o território, incluiu também o ar, a água e outros elementos.

De acordo com Couto (2009, p.40), “a divisão do meio ambiente da língua em social, mental e natural foi feita por Jørgen Døør e Jørgen Chr. Bang, embora eles usem termos diferentes para designá-los.” Einar Haugen, sócio lingüista americano foi considerado o pai da Ecolinguística, isso na década de 70, embora não tenha usado esse termo. Ele utilizou algumas expressões em inglês como “ecology of language” e “language ecology”, que podem ser traduzidas como “ecologia da língua” (COUTO, 2009). Outro lingüista que tem se dedicado a Ecolinguística é o húngaro-estadunidense Adam Makkai.

Mas, quem se destaca na década de 80 é Alwin Fill, da Universidade de Graz, Áustria. De acordo com Fill (2007) apud Couto (2007), a Ecolinguística se preocupa com o aspecto das interações sejam elas entre duas línguas individuais, entre falantes e grupos de falantes, ou entre línguas e mundo, e que vai a favor de uma diversidade das manifestações para a manutenção do pequeno.

A Ecolinguística, além de ser uma ciência relativamente nova, se preocupa com o meio ambiente e o ecossistema, mas, principalmente, se mostra preocupada com a língua, pois ela também é parte fundamental e indispensável na construção de discursos que elencam temáticas ambientalistas.

A língua faz parte do ecossistema, o chamado e já citado anteriormente Ecossistema Fundamental da Língua (EFL). A Ecolinguística é uma ciência interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar e tem como base epistemológica a ecologia, e não a biologia, apesar de ter sido criada a partir dessa ciência da vida. Como atualmente tudo está interligado, e não fragmentado, a Ecolinguística veio mais como uma ciência integradora de idéias e conceitos, construídos a partir de outras disciplinas. Para Couto (2007, p. 46), “a Ecolinguística nos convida a encarar os fenômenos da linguagem do ponto de vista do respeito e da preservação da vida, em todas as suas manifestações.”

O termo Ecolinguística teve um destaque maior ainda nesse cenário ambientalista a partir da publicação de livros escritos por Makkai e Fill, respectivamente, ambos já citados anteriormente, como alguns dos precursores das idéias referentes à Ecolinguística. Para Couto (2009), tanto Makkai, quanto Fill empregavam esse termo como uma maneira de suprir uma necessidade social, que veio para preencher uma lacuna, integrar conceitos, unificá-los e não fragmentá-los.

Couto (2009) acredita que foi por meio dessas publicações, principalmente a de Fill, que a Ecolinguística se firmou e se tornou notória no âmbito da lingüística, já discutida no capítulo anterior. A Ecolinguística, além de representar uma postura de unificação das ciências, seria também uma gota d’água no oceano que vai contribuir com os estudiosos da linguagem para criar uma mentalidade que leve ao desaceleramento da destruição e degradação do ecossistema.

A Ecolinguística também pode desenvolver um papel político no que tange a atual crise ecológica, no sentido de desmascarar o discurso daqueles que vem destruindo o meio ambiente, segundo eles, em nome do desenvolvimento. No sentido de chamar a atenção para expressões preconceituosas, que levam a comportamentos anti-ecológicos.

Então, a Ecolinguística representa uma adesão da linguagem ao movimento ecológico, como afirma Couto (2007). No sentido de sugerir meios para contribuir para uma educação ambiental livre de burocracia e que convença as novas gerações sobre os perigos de se degradar o ecossistema. No sentido de mostrar que a língua faz parte do processo ambiental. No sentido de mostrar a importância de se manter e preservar a linguodiversidade ao lado da biodiversidade.

A Ecolinguística é uma ciência que discute conceitos tidos como relevantes na área das disciplinas ambientais. Couto (2007) discute alguns desses vocábulos com a intenção de proporcionar um maior nível de entendimento e assim ampliar as discussões em torno da temática ambiental. Um dos conceitos estudados é o da ecologia, que nada mais é que a relação entre os organismos e seu meio ambiente, englobando todas as condições de existência, que são condições em parte de natureza orgânica, e em parte de natureza inorgânica.

Outro conceito que se faz importante para o entendimento da Ecolinguística é o de ecossistema, que é o conjunto dos seres vivos e o ambiente, cada sistema

engloba características físico-químicas e as inter-relações. Conforme Couto (2007, p.26), “é o conjunto formado pelos seres vivos e seu meio ambiente, considerados como um todo.”

Ainda segundo Couto (2007), existem outras definições extremamente interessantes para a área ambiental, como o conceito de comunidade biológica, que se entende pelo conjunto formado pelos seres vivos em geral e que convivem em um determinado território, esse território ou ocupação é denominado habitat. Próximo a definição de habitat, tem-se o de nicho ecológico, que se refere ao papel que o organismo realiza no funcionamento de um ecossistema. Para Couto (2007, p.27), “o habitat é o ‘endereço’ do organismo e o nicho ecológico sua ‘profissão’.” O nicho ecológico depende não só de onde o organismo vive, mas também do que ele faz e como é influenciado pelas outras espécies.

População é o conjunto de indivíduos da mesma espécie que convivem no mesmo habitat ou espaço territorial. O conceito pertencente ao ramo da ecologia e que mais se identifica com o de comunidade da EFL como um todo, ou pelo menos, do todo formado pela população (P) e a linguagem (L), é o conceito de sociedade, que se refere a grupos de organismos da mesma espécie que vivem em determinado território e cooperam entre si, visando buscar a harmonia. A diferença entre colônia e sociedade, já que ambas tem a mesma definição, é que na colônia os indivíduos formam um conjunto totalmente interligado, sendo que as vezes é até difícil distinguir um organismo do outro.

O conceito de adaptação também é fundamental para a Ecolinguística. Os organismos sempre estão se adaptando ao meio ambiente, visto que as variações de clima, solo, temperatura têm sido constantes e relevantes principalmente no que se trata da adaptação. Couto (2007) diz que o objetivo da adaptação é o equilíbrio interno e externo do organismo. Por isso os organismos que não se adaptam ao meio ambiente, ou não adaptam o meio ambiente a si, acabam se extinguindo. A adaptação também tem por objetivo manter a homeostase do organismo ou do ecossistema, ou seja, proporcionar condições para que os seres vivos se adequem às alterações do meio ambiente. Toda alteração na língua ou inclusão é um tipo de adaptação ou adequação a novos conceitos, por isso, a cada novo conhecimento descoberto, há uma necessidade de criar novos vocábulos que possam veicular esse novo conhecimento e expandi-lo.

Assim, o surgimento de novas palavras e conceitos também no que tange ao cenário ambiental é importante, pois, essas novas palavras em determinada língua tem por objetivo adequá-la a novas condições sócio-ambientais, além de atender a novas necessidades comunicativas e expressivas. Para Couto (2007, p.32), “aprender uma segunda língua é adaptar-se a um novo EFL”.

O holismo é mais um vocábulo que merece atenção, pois está intimamente ligado ao ecossistema. O holismo trata-se de um princípio que deixa claro que o objeto de estudo, por exemplo, alguma espécie, não pode ser encarado como se fosse um objeto isolado ou distinto do seu espaço natural. Como disse Couto (2007, p.29), “jamais um ecólogo estudaria apenas uma árvore, sem levar em conta a floresta de que ela faz parte, ou então, o lobo guará, sem levar em conta o seu nicho ecológico e seu habitat.” O holismo defende a idéia de que tudo está relacionado a tudo, nada está absolutamente isolado de nada.

Então, tampouco a ecologia pode estudar determinado objeto ignorando o todo de que faz parte, tudo está interligado. No caso do holismo ou totalidade, o todo é maior do que as partes.

Mais um conceito imprescindível no âmbito da Ecolinguística é o de inter-relações, esse conceito se baseia nas relações entre os componentes bióticos³ e entre os componentes abióticos⁴. O termo que abrange todo e qualquer tipo de interação ou inter-relação e convivência entre indivíduos de uma comunidade é a simbiose.

De acordo com Couto (2007), as relações entre os organismos de uma comunidade biológica ou biocenose podem ser intra-específicas e interespecíficas. A diferença entre elas é que as relações intra-específicas são as que se dão entre seres vivos da mesma espécie e as relações interespecíficas são as que são dadas entre seres de espécies diferentes.

Um dos princípios que também mostra preocupação com o ecossistema é o princípio da evolução, que se manifesta sob diversas formas, e uma delas é a sucessão ecológica. Esta ocorre quando espécies pioneiras⁵ podem dar lugar a todo um ecossistema novo, assim que chega a fase de comunidade clímax. Essa comunidade clímax indica que o ecossistema chegou ao máximo de homeostase, alcançando certa estabilidade, compatível com as condições da região, mantendo-se constante, assim afirma Couto (2007).

Outro conceito é o da diversidade, que proporciona a existência de um equilíbrio entre as espécies, pois para garantir um ecossistema equilibrado, é necessário que haja uma diversidade de espécies, cada uma com suas características específicas, cada uma realizando um papel distinto e contribuindo para que exista harmonia na grande teia da vida. Segundo Couto (2007, p.34), “tanto a presa quanto o predador são necessários para o equilíbrio do sistema. Afinal, sem o grande não há o pequeno, sem o fraco não há o forte, sem o feio não há o bonito.”

A diversidade é fundamental, pois havendo espécies com funções semelhantes, mesmo que ocorra o desaparecimento de uma, outra assumirá seu papel, e assim o ecossistema se manterá estável, por isso, a diversidade se faz necessária como forma de garantir a estabilidade e reduzir futuras perturbações no sistema ecológico.

A visão de longo prazo é outra característica da ecologia que tem como objetivo despertar nos indivíduos uma visão relacionada à sustentabilidade no sentido de mostrar as pessoas que a solução de um problema momentâneo pode implicar o aparecimento de problemas mais sérios e insolúveis no futuro. É preciso seguir os passos da natureza e mantê-la viva para as futuras gerações. Segundo Couto (2007, p.35), “o melhor reflorestamento é o que a própria natureza faz.” Ou seja, se não houvesse tanta interferência antrópica⁶, tantos processos químicos, herbicidas, inseticidas, fungicidas, pesticidas e demais defensivos agrícolas, a natureza não estaria tão carente e nem tão necessitada de recuperação.

Infelizmente, o objetivo é somente o lucro imediato, não o benefício para a humanidade. A consequência é que, para satisfazer uma pequena minoria, estamos inviabilizando a vida de todos no futuro, como afirma Couto (2007).

Assim, o filósofo norueguês Arne Naess (1912), apud Couto (2007), propôs um movimento denominado de ecologia profunda. Esse movimento é constituído pelos seguintes princípios:

³ Relativo aos organismos vivos, relativo ao bioma.

⁴ Diz-se de componente de ecossistema que não inclui seres vivos, como substâncias minerais.

⁵ Espécie que coloniza inicialmente uma área nova não ocupada por outras espécies, geralmente iniciando o processo de sucessão ecológica.

⁶ De ou relativo ao homem ou à vida humana.

1. O bem-estar e o florescimento da vida humana e não humana sobre a terra têm valor em si próprios (sinônimos: valor intrínseco, valor inerente). Esses valores são independentes da utilidade do mundo não-humano para propósitos humanos.
2. A riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para a realização desses valores e são valores em si mesmos.
3. Os humanos não têm nenhum direito de reduzir essa riqueza e diversidade, exceto para satisfazer necessidades humanas vitais.
4. O florescimento da vida humana e das culturas é compatível com uma substancial diminuição na população humana. O florescimento da vida não-humana exige essa diminuição.
5. A interferência humana atual no mundo não-humano é excessiva, e a situação está piorando rapidamente.
6. As políticas precisam ser mudadas. Essas políticas afetam estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas básicas. O estado de coisas resultante será profundamente diferente do atual.
7. A mudança ideológica é basicamente a de apreciar a qualidade de vida (manter-se em situações de valor intrínseco), não a de adesão a um sempre crescente padrão de vida. Haverá uma profunda consciência da diferença entre grande e importante.
8. Aqueles que subscrevem os pontos precedentes têm a obrigação de tentar implementar, direta ou indiretamente, as mudanças necessárias.

Esses princípios servem como um parâmetro para garantir uma visão sustentável e sugerir soluções para adoção de práticas ecologicamente corretas e viáveis. Pretendeu-se com este trabalho demonstrar como a educação ambiental juntamente com a Ecolinguística (ciência que relaciona linguagem, discurso envolvendo leitura, e meio ambiente) são instrumentos eficientes de conscientização, mudança e busca de atitudes. “Por isso, antes mesmo de aprender a ler e a escrever palavras e frases, já estamos ‘lendo’, bem ou mal, o mundo que nos cerca” (FREIRE, 1994, p. 71).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa pesquisa pretendeu ser um diagnóstico sobre como se pode usar a Ecolinguística para se construir e desconstruir conceitos ambientais, promover consciência ecológica, além de propiciar educação.

Há muito tempo, já se considera a educação e a leitura fundamentais para a formação da consciência e construção de conhecimentos que proporcionem melhor entendimento das causas e conseqüências dos problemas que afetam o meio ambiente.

A educação e a leitura, além de contribuírem com o processo de conscientização, auxiliam também no desenvolvimento de competências não só para a defesa, proteção e recuperação das áreas ambientais, mas, principalmente, para melhoria da qualidade de vida, somente alcançada por meio da transformação da realidade social e intelectual vigentes.

E a Ecolinguística serve como um suporte para sustentar as discussões acerca das questões ambientais, pois se trata de uma ciência que envolve a língua, o meio ambiente e a construção de discursos bem estruturados que impliquem na defesa da natureza e dos recursos naturais.

Dada a crise ecológica em que vivemos e o beco sem saída a que está nos levando, é necessário e urgente assumir outra postura diante do mundo. É preciso pôr a vida em primeiro lugar, e não só o desenvolvimento a qualquer custo.

Praticar Ecolinguística é procurar ver os fatos da linguagem de uma outra postura, mudando paradigmas de ver o mundo, o que não é o caso de nenhum modelo teórico já existente como a psicolinguística e a sociolinguística, que trabalham com focos diferentes.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial**, Brasília (DF) 1981.

BRASIL. **Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/9795-99.htm>> Acesso em: 15/09/09.

COELHO, Braz José Coelho. **Linguagem: conceitos básicos**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente**. Brasília: Thesaurus, 2007.

COUTO, Hildo Honório do. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas**. São Paulo: Contexto, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 29.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. 4. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. [2002]. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 20/10/09.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 1.ed. São Paulo:Vozes, 2001.

BRASIL. **Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/9795-99.htm>> Acesso em: 15/09/09.

LYONS, John. **Língua(gem) e Linguística: uma introdução.** (Tradução de Marilda Winkler Aveburg e Clarice Sieckenius de Souza). Rio de Janeiro: LTC, 1981.

[MEC] Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação Ambiental. **A implantação da educação ambiental no Brasil.** Brasília (DF): MEC; 1998

PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais): língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade.** [1998]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n2/03.pdf>>. Acesso em 10/09/09.

PELICIONI, Andréa Focesi. **Movimento Ambientalista e Educação Ambiental.** In PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Barueri, SP: Manole, 2005.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JR., Arlindo. **Bases Políticas, Conceituais, Filosóficas e Ideológicas da Educação Ambiental.** In PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Barueri, SP: Manole, 2005.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et. al. (orgs.) **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão.** 3.ed. Brasiliense: São Paulo, 1989.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da lingüística.** (Tradução de Marcos Bagno). São Paulo: Parábola Editorial, 1995.